

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

Educação em Tempo Integral: Utopia ou Possibilidade Real?

Fernanda Poerner de Carvalho

Orientadora: Prof^ª. D^ª. Lúcia Velloso Maurício

São Gonçalo

2009

Educação em Tempo Integral: Utopia ou Possibilidade Real?

Fernanda Poerner de Carvalho

Monografia apresentada como exigência do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito a obtenção do grau de Pedagogo com habilitação em Licenciatura para o Magistério de Educação Infantil a 4ª série.

Orientadora: Prof^a. D^a. Lúcia Velloso Maurício

SÃO GONÇALO

2009

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEH/D

C331 Carvalho, Fernanda Poerner.
Educação em tempo integral: utopia ou possibilidade real? / Fernanda Poerner. – 2009.
27f.

Orientadora: Lúcia Velloso Maurício.

Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Educação integral. 2. Centros integrados de educação pública. I. Maurício, Lúcia Velloso. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

CDU 37.014

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus que com certeza me deu forças para concluir esta empreitada, e a Vera Poerner, minha mãe, amiga e maior incentivadora, pois mesmo nas horas que nenhuma palavra foi dita, sua trajetória de vida e seu esforço sempre foram meus maiores exemplos.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por permitir a conclusão do meu projeto.

Agradeço aos meus pais, Vera Poerner e Rosinei, pelas abdições e pelo apoio que sempre me deram. Agradeço também à Carla Ricci, minha irmã e amiga, pela ajuda e incentivo. Agradeço muito especialmente às amigas Luana Costa e Camila Fernandes, pelas grandes parcerias e pela amizade incansável.

Agradeço a Adriana Fonseca pela ajuda e solidariedade.

Agradeço à amiga Heloisa Barbosa pela amizade e pela ajuda em meu trabalho.

Agradeço com enorme admiração à professora e orientadora Lúcia Velloso, que com toda paciência me auxiliou a concluir esta importante parte da minha história de vida e trajetória acadêmica.

Agradeço aos demais professores do Departamento de Educação da FFP, pois sem a contribuição de todos seria impossível chegar até aqui.

Agradeço a todos os meus queridos amigos por compreenderem minha ausência em momentos importantes e por me apoiarem neste projeto. Agradeço a cada membro da minha família que acreditou no meu esforço e nas minhas metas.

Agradeço a todos de forma especial e única, pois este trabalho é a materialização de um sonho e todos fazem parte desta conquista.

A todos, o meu muito obrigada.

SUMÁRIO

RESUMO	06
INTRODUÇÃO	07
CAPÍTULO 1 – OS CIEPS	09
CAPÍTULO 2 – MAIS EDUCAÇÃO	12
ENTREVISTAS	19
ANÁLISE	24
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27

RESUMO

O presente trabalho apresenta as modificações que ocorreram durante a trajetória da educação integral no Estado do Rio de Janeiro e seus municípios, tendo enfoque na cidade de São Gonçalo.

Esta pesquisa compreende o período histórico desde a implantação dos Cieps (1983) até o momento atual com o projeto Mais Educação (2009), discorrendo sobre as transformações das propostas pedagógicas e sobre os diferentes modos de implantação destes projetos.

Analisa os resultados que foram obtidos com estas iniciativas no desenvolvimento do educando e também na formação do profissional da educação, e as alterações que ocorreram no espaço escolar por conta disso.

Introdução

Ao longo da história educacional de nosso país, inúmeros tem sido os esforços para proporcionar uma escola de qualidade para todos, onde minimizássemos as desigualdades e equilibrássemos as oportunidades para todas as classes sociais de crianças e adolescentes. Sendo assim, daríamos as mesmas condições de desenvolvimento dentro da sociedade, promovendo o nivelamento educacional tão almejado. Segundo Leonel Brizola no prefácio do Livro dos Cieps, de Darcy Ribeiro: “dos Cieps não de sair aqueles homens e mulheres que irão fazer pelo povo brasileiro e pelo Brasil tudo aquilo que nós não conseguimos ou tivemos coragem de fazer. (Darcy, 1986, prefácio)”.

Uma das propostas que poderia contemplar este desenvolvimento do ser humano como um todo, corpo e intelecto, é a concepção de educação em tempo integral. Esta visa, com a extensão do horário escolar, proporcionar a multiplicidade de atividades culturais e físicas, utilizando linguagens diversas, dispendo do espaço escolar ou espaços pela escola administrados. Desta maneira, fazendo-lhe reconhecer seus direitos e deveres, adquirindo hábitos de higiene, valores morais e investindo no humano, formando cidadãos que trarão retorno social e econômico exercendo a democracia junto ao alunado e habilitando-o ao exercício pleno da cidadania.

Esta foi a escola que sonhou Darcy Ribeiro, “escola em tempo integral como eixo de uma política democrática, na expectativa positiva de alterar a tradição elitista da educação brasileira”. (Maurício, 2009, pág. 11 e 12). Esta escola deveria ser capaz de promover mudanças sociais, tirando o indivíduo do empobrecimento educacional e da exclusão a que foi submetido desde seu nascimento. A proposta seria viabilizar para as crianças da população não abastada, dentro do próprio espaço escolar ou em outros espaços pela escola assistidos, atividades que seus pais não teriam condições de custear.

A Instituição Escolar é concebida pelos pais de alunos como a que prepara seus filhos para o futuro, modificando as expectativas socioeconômicas, dando-lhes

uma oportunidade de mudança da condição social e financeira em que se encontram, mesmo que em proporções aquém das desejadas. Vista muito além do que simplesmente um lugar onde seus filhos estejam seguros para que seja possível trabalharem, a escola é tida como instituição de transformação e crescimento. Contudo, isto só será possível se houver integração dos governos, da escola e da sociedade

A educação em tempo integral na escola pública tornou-se tema obrigatório de discussão no âmbito educacional, já que se caracterizou como uma enorme dívida com as classes de baixo poder aquisitivo, uma vez que deve ser garantida a todas as crianças “a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola”. (art. 206 da Constituição). Apesar de já ter havido várias mudanças e grandes avanços na legislação sobre o tempo integral escolar, são considerados insuficientes para reparar as perdas que o ensino fundamental sofreu devido ao descaso de governos em relação à escola de tempo integral. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9394/96) foi introduzida uma perspectiva de ampliação do tempo escolar diário nos arts nº 34 e 87, sendo mais detalhada no Plano Nacional de Educação (PNE – Decreto nº 6.094/97), (MAURÍCIO, 2009, págs 15 e 16).

Logo, este trabalho visa discorrer sobre as mudanças que aconteceram nas propostas educacionais e na Legislação, mostrando as transformações na oferta de educação em tempo integral na escola pública.

Capítulo 1: Os Cieps



A concepção que orienta a ação educativa dos Cieps tem como norma central assegurar a cada criança um bom domínio da escrita, da leitura e da aritmética, como instrumentos fundamentais que são para atuar eficazmente dentro da civilização letrada. Com base nesses elementos ela pode não só prosseguir estudando em regime escolar, como continuar aprendendo por si própria. (Ribeiro, 1995, pág. 21).

Ao longo da história educacional de nosso país, um projeto merece destaque: Os centros Integrados de Educação Pública - Cieps, que tinham como plano de ação a educação em tempo integral, que visa o desenvolvimento físico e intelectual do indivíduo, porém com estrutura e currículo próprio.

Com uma proposta inovadora e diferente de tudo que já havia sido feito em relação à escola de tempo integral, os Cieps vieram para valorizar o humano, na intenção de reestruturar a educação como um todo, tanto no que tange a estrutura física da instituição quanto ao currículo pedagógico, com o propósito de uniformizar o ensino na rede pública, ambicionando torná-lo modelo para às demais escolas.

Foram implantados em distintos momentos políticos, durante os dois períodos governamentais de Leonel Brizola, por meio do Programa Especial de Educação (I PEE 1983-1986 e II PEE 1991-1994), que tinha como secretário de educação Darcy Ribeiro.

Este projeto visava com a ampliação do horário escolar, não só formar o educando, mas também proporcionar ao professor uma formação continuada, com

tempo hábil para discutir sua atuação com o corpo docente da escola, buscando integração e aperfeiçoamento, promovendo trocas e enriquecimento.

O projeto original propunha com custo reduzido financiar uma estrutura que atendesse a 600 crianças em turno único, oferecendo aulas que abrangessem o currículo das matérias básicas e também esportes, atividades artísticas, estudo dirigido, aulas com vídeo, biblioteca, computadores, quatro refeições diárias com alimentos variados e balanceados, e também assistência médica. Para garantir o desenvolvimento pleno do sujeito eram desenvolvidos com estas crianças hábitos de higiene e cidadania.

Criar escolas de dia completo para alunos e professores, sobretudo nas áreas metropolitanas onde se concentra a maior massa de crianças condenadas à marginalidade porque sua escola efetiva é o lixo e o crime. O que chamamos de menor abandonado e delinqüente é tão - somente uma criança desescolarizada, ou que só conta com uma escola de turnos. (RIBEIRO, 1995, pág.13).

A idealização da estrutura que abrigaria todas essas atividades de maneira confortável e viável ficou por conta do arquiteto Oscar Niemeyer, este utilizou concreto pré-moldado, que ficava 30% mais barato do que a técnica de concretagem, o que possibilitava a construção de um Ciep em apenas quatro meses. Isso permitiu que um grande número de Cieps fosse construído durante os dois mandatos de Brizola, totalizando 506 unidades no final do ano de 1994. Os prédios inconfundíveis, implantados prioritariamente em localidades habitadas pelas classes populares, tornaram-se marca do governo e alcançaram visibilidade, transferindo, de certa forma, o foco da proposta original sobre educação integral para a arquitetura, criando preconceitos e estigmatizando a escola como idealizada para os “filhos de pobres”.

A estrutura foi projetada com dependências distintas, contendo o prédio principal, o salão polivalente e a biblioteca. Cada uma das estruturas que compunham o projeto tinha finalidades determinadas e visava a integração da comunidade com a escola mesmo em dias que não houvesse aula, respeitando a realidade do sujeito e disponibilizando um espaço para o desenvolvimento e a realização de atividades culturais, recreativas e esportivas

[...] uma preocupação muito presente no Ciep é a de integrar a cultura da escola com a cultura da comunidade, fazendo-as interagir fecundamente. Para isso foi criada uma posição no seu quadro profissional: a dos Animadores Culturais, que relacionam a escola com seu contexto, oferecendo as facilidades com que ela conta – estádio desportivo, biblioteca, salão social e refeitório – para uso comunitário, sobretudo em dias que não tem aula. (RIBEIRO, 1955, pág. 22)

Apesar da agilidade na construção, a rapidez na implantação havia lacunas a serem resolvidas, como a falta de profissionais preparados para lidar com tantas inovações estruturais e pedagógicas, já que exigiria do educador uma formação e atuação diferenciada. Para resolver este problema, foi formalizado um convênio com a UERJ originando o projeto do Professor Bolsista, que consistia em bolsas de estudo em Curso de Atualização com 1.600 horas para professores recém formados. O bolsista permanecia por quatro horas em prática pedagógica com sua turma, nas outras quatro fazia seu Curso de Atualização, com material impresso e programação de televisão preparada para esse fim. O trabalho do bolsista teria que ser supervisionado pelos Professores Orientadores e avaliado pela Direção de Capacitação do Magistério da Secretaria Extraordinária.

Os esforços dos dois governos Brizola não foram suficientes para garantir a sobrevivência deste projeto, já que findados os mandatos, seus sucessores inviabilizaram a escola de tempo integral, descontinuando o que estava em andamento. Desta maneira, muitos prédios foram abandonados sem manutenção ou destinados a abrigar outras atividades que nada têm da proposta original.



Capítulo 2: Mais Educação

As propostas para a escola de horário integral, desde então vieram sofrendo modificações, e novas formas de otimizar as ações e os investimentos já existentes no país têm sido criadas. No entanto, diferentemente dos Cieps com estruturas próprias, visando à centralização de atividades, com currículo próprio e formação do educando, percebemos que as políticas são de complementação da educação, tendo a implantação de atividades recreativas, esportivas e de reforço das matérias básicas independentes do currículo escolar e não assistindo a todos os alunos da rede pública de ensino, tendo suas vagas limitadas a um quantitativo menor do que a demanda de alunos matriculados.

Logo, ocorrem como ações independentes e isoladas, gerenciadas de maneira particular por cada diretora ou coordenadora pedagógica. Sendo assim, não há um modelo a ser seguido ou um padrão de escola, o que inviabiliza a avaliação do ensino que está sendo ministrado na rede pública ou até mesmo o nivelamento entre as escolas do mesmo bairro ou município.

Todavia, o sucesso de cada projeto vai sendo atribuído à proposta de trabalho de cada unidade escolar e coordenada por seu corpo docente, tendo em vista que neste processo, o Governo assume a responsabilidade de subsidiar estas iniciativas pontuais. Já a família tem uma participação passiva, uma vez que na implantação destas atividades, ela é simplesmente comunicada, sem interferência ou atuação direta.

Um dos projetos difundidos no momento presente da educação é o “Mais Educação”, que conheceremos um pouco através da cartilha distribuída pelo MEC com orientações e detalhamento do que é o programa além das informações colhidas no próprio site do MEC, onde verificaremos como se dá o processo para sua implantação tanto em escolas municipais como estaduais.

Trata-se de um projeto jovem que foi instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a

organização curricular, na perspectiva da Educação Integral, trabalhando com as crianças no contraturno escolar.

Atende prioritariamente, escolas de baixo IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação), situadas em capitais, regiões metropolitanas e territórios marcados por situações de vulnerabilidade social, que requerem a convergência prioritária de políticas públicas. Envolve a construção de uma ação inter-setorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, tanto para a diminuição das desigualdades educacionais, quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira. Vários Ministérios irão atuar conjuntamente nas Políticas Públicas do Programa - O da Educação (MEC), o da Cultura (MINC), o do Esporte (ME), do Meio Ambiente (MMA), do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), da Secretaria Nacional de Juventude e da Assessoria Especial da Presidência da República, essa última por meio das Escolas – Irmãs.¹

Esta estratégia prevê a ampliação do tempo escolar, utilizando o espaço da escola e outros espaços por ela administrados, ou cedidos pela comunidade para realização destas atividades.

Este programa é operacionalizado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEB), por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para as escolas e regiões prioritárias. As atividades fomentadas foram organizadas em **macrocampos** de:

- 1 _ Acompanhamento pedagógico;
- 2 _ Meio Ambiente;
- 3 _ Esporte e Lazer;
- 4 _ Direitos Humanos em Educação;
- 5 _ Cultura e Artes;
- 6 _ Inclusão Digital;
- 7 _ Prevenção e Promoção da saúde;

1

Escolas-Irmãs: ramificação do programa social Fome Zero. Promove o intercâmbio cultural e pedagógico entre escolas de diferentes realidades sociais e culturais de todas as regiões do país. É a colaboração mútua entre escolas que estabelecem parcerias, com o objetivo de compartilhar experiências e promover trocas de pedagógicas. (portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/escolasirmas.pdf)

- 8 _ Educomunicação
- 9 _ Educação Científica
- 10 _ Educação Econômica e Cidadania

Que se subdividem em:

1 _ Acompanhamento pedagógico:

- ✓ Matemática
- ✓ Letramento
- ✓ Ciências
- ✓ História e geografia
- ✓ Filosofia e sociologia

2 _ Meio Ambiente:

- ✓ Com - vidas/ Agenda 21 Escolar
- ✓ Horta escolar e/ ou comunitária

3 _ Esporte e Lazer:

- ✓ Recreação/ Lazer
- ✓ Voleibol
- ✓ Basquete
- ✓ Futebol
- ✓ Futsal
- ✓ Handebol
- ✓ Tênis de mesa
- ✓ Judô
- ✓ Karatê
- ✓ Taekwondo
- ✓ Yoga
- ✓ Natação
- ✓ Xadrez tradicional
- ✓ Xadrez virtual

4 _ Direitos Humanos em Educação:

- ✓ Direitos Humanos e Ambiente Escolar

Indica-se a organização das atividades por meio de oficinas, compreendidas como espaços - tempo para a vivência, a reflexão e o aprendizado coletivos e para organização de novos saberes e práticas relacionada aos direitos humanos: situações de defesa e afirmação X negação dos direitos humanos e suas ampliações na organização do trabalho pedagógico. Trabalhos interdisciplinares, projetos articuladores, grupos de estudo e de teatro, oficinas de psicodrama, passeios temáticos, campanhas alusivas ao tema dos Direitos Humanos etc, também podem/ devem ser estimulados.

5 _ Culturas e Artes:

- ✓ Leitura
- ✓ Banda fanfarra
- ✓ Canto coral
- ✓ Hip hop
- ✓ Danças
- ✓ Teatro
- ✓ Pintura
- ✓ Grafite
- ✓ Desenho
- ✓ Escultura
- ✓ Percussão
- ✓ Capoeira

6 _ Inclusão Digital:

- ✓ Software educacional
- ✓ Informática e tecnologia da educação

7 _ Prevenção e Promoção da Saúde:

✓ Atividades de: alimentação saudável, alimentação escolar saudável, saúde bucal, práticas corporais e educação do movimento; educação para a saúde sexual, saúde reprodutiva e prevenção das DST / AIDS; prevenção ao uso do álcool, tabaco e outras drogas; saúde ambiental; promoção da cultura de paz e prevenção em saúde a partir do estudo dos principais problemas de saúde da região (dengue, febre - amarela, hanseníase, doença falciforme, e outras).

8 _ Educomunicação:

- ✓ Jornal Escolar
- ✓ Rádio Escolar
- ✓ História em Quadrinhos
- ✓ Mídias Alternativas

9 _ Educação Científica

- ✓ Laboratórios e Projetos Científicos

10 _ Educação Econômica e Cidadania

- ✓ Educação Econômica e Empreendedorismo
- ✓ Controle Social e Cidadania

Estas atividades visam o crescimento do educando, promovendo seu desenvolvimento físico e intelectual. Para que as escolas participem deste projeto devem se enquadrar nestes itens e subitens propostos pelas Secretarias Educacionais. Outro requisito é estar situada em municípios com mais de cem mil habitantes, em cidades com mais de cinquenta mil habitantes localizadas no entorno das regiões metropolitanas, em municípios atendidos pelo PRONASCI (Programa Nacional de Segurança com Cidadania) ou ter registrado em 2007 Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação) de até 3,5. O projeto determina que cada escola, contextualizada, com seu projeto político – pedagógico específico e em diálogo com sua comunidade, será a referência para se definir quantos e quais alunos participarão das atividades, sendo desejável que o conjunto da escola participe nas escolhas.

A escola designará, dentre os docentes nela lotados, um professor com 40 horas semanais para exercer a função de *professor comunitário*, e esse coordenará a oferta e a execução das atividades de Educação Integral, sendo responsável pelo gerenciamento das atividades dentro do espaço escolar, não havendo pré-requisitos ou formação específica para exercer a função.

Quanto às pessoas que irão compor o corpo do projeto e trabalharão junto ao alunado, exercendo a função de monitores, está sendo disponibilizado espaço para profissionais da educação, para os educadores populares, estudantes e agentes culturais, que através da resolução N° 04 de 17/03/09 – FNDE, terão seu trabalho considerado de natureza voluntária, na forma definida na Lei nº 9.608, de 1998. Os ressarcimentos de despesas com deslocamento e alimentação deverão ser calculados de acordo com o número de turmas monitoradas; para isto receberão bolsa auxílio seguindo os critérios, quando monitorando uma turma receberá 60 reais, duas turmas 120 reais, assim sucessivamente, não podendo exceder o valor de 300 reais. Todas as demais despesas com o projeto serão custeadas pelo Governo, através do repasse à instituição. As pessoas que trabalharão no projeto são escolhidas pela direção do mesmo, e poderão ser da própria comunidade com formação e/ou habilidades específicas nas áreas de desenvolvimento das atividades. Quando se tratar de estudantes universitários, estes deverão estar em curso de formação específica nas áreas de desenvolvimento das atividades.

Já ao Diretor da escola, caberá promover o debate da Educação Integral nas reuniões pedagógicas, de planejamento, de estudo, nos conselhos de classe e nos espaços do Conselho Escolar, administrando todo o processo de implantação das propostas, a adaptação dos alunos e dos professores e a aceitação dos pais e da comunidade.

O espaço físico da escola não é determinante para a oferta de Educação Integral na proposta do “Mais Educação”. O mapeamento de espaços que poderão ser utilizados para a realização das atividades deverá ser tarefa realizada na parceria da escola com a comunidade. Logo, as atividades que a escola não puder abrigar, poderão ser realizadas em outra localidade cedida pela comunidade e assistida pelo projeto.

Todavia, o volume de recursos que serão repassados à escola dependerá do número de alunos cadastrados e das atividades extraclasse a serem realizadas pela escola. No entanto, para implantar o projeto e verificar quais recursos à escola receberá, a mesma deverá enviar sua proposta de atuação à secretaria de educação e aguardar a aprovação, só após esta tramitação burocrática, será possível iniciar qualquer tipo de atividade na escola.

Não há número de alunos pré-determinados para que haja a implantação do Projeto ou mesmo algum percentual com base no total de alunos matriculados na escola. No entanto, ele determina que o alunado tenha a carga horária máxima de 07 (sete) horas diárias, sendo 04 (quatro) horas dentro do horário regular e 03 (três) horas dedicadas às atividades desenvolvidas no contraturno.

Serão oferecidas refeições adicionais no horário das atividades do Projeto - além daquelas que já fazem parte do horário regular - para complementação do programa alimentar dedicado aos alunos. Contudo, para que o projeto se estabeleça com sucesso e atinja os índices desejados de desenvolvimento do alunado, será imprescindível uma parceria da escola com a comunidade e com as famílias, uma vez que ele não centraliza as atividades dentro da escola.

Visando conhecer o programa mais de perto e observar o que de fato tem sido feito nas instituições escolares participantes do projeto, foram pesquisadas algumas escolas de São Gonçalo que tiveram seu IDEB abaixo de 3,5 no ano 2007, como propõe o projeto. Estas se situam em bairros de São Gonçalo com pouca ou nenhuma oferta de atividades para crianças de baixo poder aquisitivo, onde a escola é uma das suas únicas formas de lazer. Foram ouvidos profissionais e demais envolvidos no projeto, que atuam diretamente com o alunado e conhecem de perto todos os percalços que estão sendo superados nesta nova empreitada da educação.

Entrevistas

Escola I

A **Escola I**, que tem um prédio pequeno, pouquíssimas salas. Só é possível seu reconhecimento como escola por ter em sua fachada seu nome escrito. Este prédio está situado no bairro Porto Novo/ SG e oferece vagas do 1º ao 5º ano, tendo uma turma para cada ano nos turnos manhã e tarde. Sua clientela é constituída por crianças oriundas de famílias com o poder aquisitivo muito baixo. No horário da noite, a oferta é de vagas para EJA (Educação de Jovens e Adultos). Muitas das crianças assistidas por esta escola fazem suas únicas refeições no espaço escolar. Apesar de estar inscrita no projeto desde o início do ano, a falta de repasse de verba impossibilitou o início das atividades que estão na sua proposta de plano de ação.

A coordenadora pedagógica da instituição, informou que *“a escola com sua inserção no projeto visa ajudar as crianças nas questões cognitivas, enriquecendo o currículo e permitindo que as crianças desta comunidade participem de atividades que fora daqui (escola) não seria possível”*.

O projeto apresentado pela escola na Secretaria de Educação objetiva a criação de:

- ✓ Oficinas de pintura;
- ✓ Atividades esportivas;
- ✓ Aulas de reforço no contraturno;
- ✓ A criação de uma rádio.

Há atividades que utilizarão o espaço da escola, como as oficinas e demais atividades que não exijam espaços abertos; para as atividades esportivas, o Clube de Festas Tamarilândia, localizado no mesmo bairro, cederá seu espaço.

Ao realizar a escolha das atividades foram levados em consideração os materiais e os espaços pertencentes à escola, e a realidade do alunado. Todos os profissionais e monitores são da própria comunidade e serão remunerados com uma bolsa auxílio.

Por ter um contingente de funcionários mínimo, a Diretora está à frente na implantação e coordenação do projeto.

Existem aproximadamente quatrocentos alunos matriculados, do 1º ao 5º ano no sistema multiseriado, com uma evasão incidente no horário noturno. Contudo, a expectativa da direção escolar é que mais de 50% dos alunos venham a aderir às atividades que serão ofertadas, pois o intuito é atender a todos os interessados.

A característica preponderante da escola é a de estar inserida em uma comunidade muito carente, de acordo com o discurso da coordenadora: “*o projeto vem trazer para estas crianças tudo o que elas merecem e suas famílias não podem propiciar... vem trazer esperança e expectativa... vem trazer mais do que novidade [...] vem mostrar o mundo*”.

A Instituição está passando por reformas, e além das verbas oriundas do projeto, o Governo do Estado tem investido muito em sua estrutura, na compra de computadores e ar - condicionados, o que proporcionará maior conforto e viabilizará a inclusão digital que é um dos itens do *Mais Educação*.

Logo, apesar de alguns itens da implantação do programa não terem sido respeitados, como ter uma coordenação própria, a proposta visa o enriquecimento do currículo, apesar de não ter começado a funcionar ainda.

Escola II

A **Escola II**, que é um exemplo da trajetória da educação em tempo integral no panorama educacional brasileiro. O Ciep que se localiza no bairro Gradim/ SG, e fez parte da implantação do projeto original de Darcy Ribeiro, tempos depois foi municipalizado, e atualmente é uma das unidades participantes do programa Mais Educação. Mantém as características físicas do projeto original, possuindo os três prédios: o Prédio Principal, o Salão Polivalente e a Biblioteca. Tem a oferta de vagas do 1º ao 5º ano, porém o prédio não está totalmente sendo utilizado pelas crianças da escola, uma vez que a diretora cedeu salas do andar superior para o Projovem² e pro Cederj³. A clientela é diversificada, uma vez que sua localização é na beira de uma estrada, logo atende crianças muitíssimo carentes da comunidade em que está inserida e outras vindas de comunidades com situação socioeconômica mais favorável.

Atualmente estão matriculadas nesta escola 296 crianças, no sistema de turnos, sendo quatro turmas de educação infantil e nove de educação fundamental, com aproximadamente 25 alunos em cada uma delas.

A diretora, que assumiu a direção da instituição em fevereiro de 2009, afirma que: *“há recursos, o que faltam são profissionais que estejam de fato comprometidos com a educação, pois a escola não está aqui para atender as nossas necessidades enquanto profissionais, ela está aqui para nos unir enquanto profissionais e atender*

² Projovem Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária.

³ Cederj é um órgão do governo do Estado do Rio de Janeiro responsável pela graduação a distância, pré-vestibular social, cursos de extensão e divulgação científica.

as necessidades da escola..., pois estamos investindo no futuro da nação, investindo em gente, formando quem vai assumir o meu lugar amanhã”.

Idealista e comprometida com seu trabalho, a diretora tem feito uma administração de aproveitamento do espaço que está sob sua direção. A escola regular de turnos ocupa todas as salas do primeiro andar, e somente em caráter informativo ela diz que cede algumas salas no horário noturno para o projeto Projovem, e que no segundo andar funciona o Cederj, faculdade à distância.

A participação no projeto Mais Educação, surgiu de um convite da Secretaria de Educação de São Gonçalo, a escola teve que apresentar um plano de atuação e esperar sua aprovação, e só então foi autorizada a implantar o projeto na Instituição.

Depois de aprovada, a diretora e a professora que foi escolhida como coordenadora da proposta, participaram de um curso /palestra ministrada pelo MEC, para esclarecimentos e explicações das regras que envolvem o projeto. Neste, foram oferecidas apostilas com os passos determinantes a serem seguidos pela instituição para garantir sucesso da tarefa.

As crianças terão tempo pré-determinado para estarem na escola, não podendo ultrapassar o máximo de sete horas. Logo, aqueles que iniciam seu horário na educação regular às 07h30min sairão às 14:30 hs, e os que estudam à tarde entrarão na instituição 10:30 hs e sairão às 17:30.

O projeto determina que a extensão do horário escolar compreenda apenas três horas além do horário regular, existindo no contraturno. Serão oferecidas duas refeições além das habituais, para a complementação da alimentação infantil.

No plano apresentado pela **Escola II**, estão listadas as atividades:

- ✓ Letramento;
- ✓ Matemática;
- ✓ Horta;
- ✓ Tênis;
- ✓ Teatro;

- ✓ Recreação;
- ✓ Prevenção e saúde;
- ✓ Basquete

Todos os monitores e profissionais envolvidos são da comunidade, e foram convidados a participar através da solicitação “boca a boca”, por intermédio dos pais de alunos. São universitários e recebem uma bolsa - auxílio no valor de 240 reais. Será atendida uma média de 200 alunos de 296 matriculados, na faixa etária de 6 a 10 anos.

Não há evasão escolar nesta instituição, o que impressiona de forma muito positiva. Os professores regulares estão envolvidos diretamente no projeto, atuando neste e apoiando os monitores. Através das reuniões que foram realizadas com os pais, observou-se enorme expectativa e total apoio, contudo é muito cedo para se falar em resultados ou índices.

Está sendo aproveitada toda a estrutura do Ciep para a realização das atividades, pois as centraliza, permitindo um melhor acompanhamento por parte da coordenação. A escola respeitou todas as normas para a implantação do projeto o que aumenta a margem de aproveitamento das verbas e do tempo/espaco nesta nova empreitada educacional.

Análise:

É perceptível que a implantação do Projeto Mais Educação se dá de distintas maneiras entre as instituições participantes, e as amostras são insuficientes para apresentar dados definitivos sobre o panorama atual da educação em tempo integral, uma vez que o projeto está em fase de implantação. Diferentemente da proposta dos Cieps que visava à homogeneidade do ensino ministrado em todas as unidades, equalizando assim a formação do indivíduo, cada unidade escolar, independente de estar sob administração estadual ou municipal, vai delineando sua maneira de conduzir as atividades e as verbas que foram destinadas ao programa, produzindo assim seu próprio sistema de complementação da educação em tempo integral. Desta forma, não há um currículo a ser seguido, e o sucesso do projeto fica subordinado à competência e ao empenho de todo o pessoal que trabalha na escola.

Na proposta dos Cieps havia um cronograma a ser seguido e também se fazia um diálogo entre as unidades, na medida em que recebiam orientações e materiais pedagógicos comuns, além de participarem das mesmas reuniões de formação promovidas pela Secretaria Extraordinária, para verificar a qualidade do ensino ministrado e a qualificação do profissional da educação. Já no “Mais Educação”, não há diálogo entre as escolas, são iniciativas independentes/particulares, sem integração das unidades escolares. Considerando que estas unidades estão sujeitas às suas diretoras, que as conduzem tanto administrativa quanto pedagogicamente, constata-se que o enriquecimento do currículo dependerá da proposta educacional implantada, por conseguinte, construindo modelos díspares.

Através dos gráficos percebemos que a quantidade de alunos matriculados na escola não determina o número de alunos atendidos pelo programa, uma vez que a **Escola I** tem mais alunos matriculados que a **Escola II**, porém a porcentagem de

alunos atendidos é menor. Logo, o número de crianças assistidas nas atividades está muito aquém do desejado, e apesar da verba repassada ser igualmente proporcional ao número de alunos participantes, durante a entrevista e através das falas, não é perceptível a intenção de novos investimentos ou de novas atividades.

Por mais que o espaço físico da escola não seja determinante para o estabelecimento de novas atividades, já que podem ser utilizados espaços fora de suas fronteiras, não há propostas suficientes que abranjam estas idéias inovadoras. A inserção de novas atividades dará muito trabalho em alguns casos, tendo em vista que nem todas as escolas comportam fisicamente uma demanda variada de atividades. Contudo, essa realidade só poderá ser modificada uma vez que os profissionais envolvidos tenham um posicionamento diferente diante da situação, comprometendo-se em parceria com a comunidade e o Governo em superar as fronteiras e as dificuldades encontradas. A falta de espaço físico nunca foi um problema encontrado pelos Cieps, uma vez que seu projeto contemplava áreas recreativas e esportivas, porém o problema foi inverso, a instituição se deparou com a falta de investimento para realizar a manutenção de uma estrutura que comportava a diversidade de espaços necessária para a introdução de atividades variadas.

A **Escola I** apresenta-se de maneira mediana, enquadrada na proposta sem apresentar um diferencial. Sua estrutura física também dificulta a implantação das atividades do “Mais Educação”, tendo em vista que o projeto físico da escola não contemplava práticas esportivas e nem recreativas. Tendo um prédio pequeno e sem quadra de esportes, o corpo docente terá que fazer um enorme esforço para alcançar o sucesso e os índices esperados, fazendo com que o Ideb desta escola melhore e o rendimento de seus alunos seja aceitável.

Já a **Escola II**, apesar de ter um número menor de alunos matriculados, tem um quantitativo maior de discentes atendidos pelas atividades. A visão ímpar da diretora que fomenta não somente o corpo de funcionários como também os pais para co-atuarem no projeto, promovendo a inter-relação sociedade-instituição faz com que a escola obtenha êxito e resultados que podem ser comprovados através dos gráficos. É perceptível que ocupar um prédio do projeto dos Cieps facilita a implantação e coordenação das atividades, tendo como mola propulsora a vontade e o empenho de seu corpo docente, e por ter um número pequeno de alunos, a

diversidade de atividades pode ser elaborada contemplando o maior número de alunos.

A escola de tempo integral é uma proposta promissora, só que para ter resultados favoráveis deve ser implantada despida de interesses políticos e particulares, visando unicamente o alunado e a educação como um todo, para não ser inviabilizada, como ocorreu com os Cieps. Temos uma nova aliança sendo instituída entre comunidade, escola e Governo através do projeto “Mais Educação”, que só será consolidada havendo compromisso efetivo de todas as partes envolvidas, sem que haja descontinuidade nas verbas repassadas pelo Governo.

Gráfico I

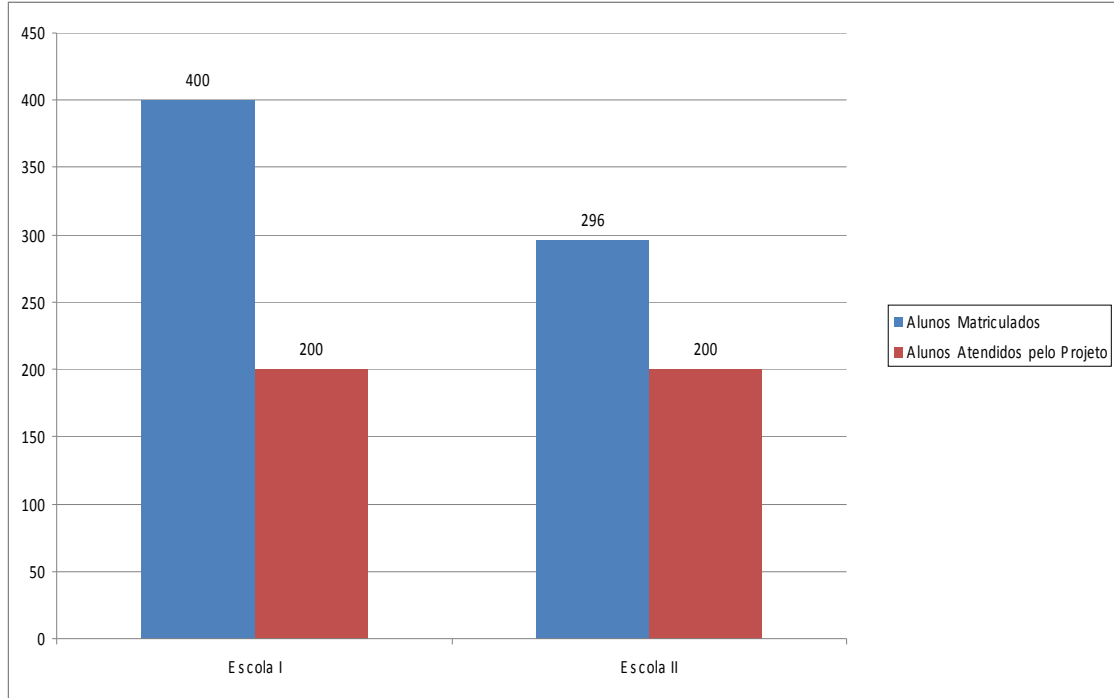


Gráfico II



Referências Bibliográficas:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1998. **Diário Oficial [República Federativa do Brasil]** (Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/> Acesso em: 10 out 2009).

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27834-27841.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá Outras Providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. Portaria Normativa Interministerial Nº 17, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação Disponível em: [WWW.natal.mn.gov.br/sme/paginas/File/portaria_interminis-terial.pdf](http://www.natal.mn.gov.br/sme/paginas/File/portaria_interminis-terial.pdf). Acesso em: 14 jun. 2009.

MAURICIO, Lúcia Velloso. Escritos, representações e pressupostos da escola pública de horário integral. In: MAURICIO, Lúcia Velloso (Org) **Em Aberto n.º 80**. Brasília: INEP, p. 137-160, 2009.

MAURICIO, Lúcia Velloso. Apresentação. In: MAURICIO, Lúcia Velloso (Org) **Em Aberto n.º 80**. Brasília: INEP, p. 9 - 12, 2009.

MAURÍCIO, L. V. Escola pública de horário integral: demanda expressa pela representação social. **Doutoramento em educação**. Faculdade de Educação UFRJ, 2001

RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos Cieps**. Rio de Janeiro: BLOCH, 1986.

RIBEIRO, Darcy. Balanço crítico de uma experiência educacional. In: RIBEIRO, Darcy **Carta 15: O Novo Livro dos CIEPs**. Brasília: Senado Federal, p. 17-24, 1995.